Reconhecida de Utilidade Pública (Dec. 48.640/60 Federal, Lei 3.103/64 Estadual de Minas Gerais, Lei 49/60 – Municipal de Ouro Preto). Relatório apresentado aos Membros do Conselho Fiscal da Fundação Gorceix, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetido à apreciação do conselho, o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2025 e as respectivas Demonstrações Contábeis elaboradas na forma da legislação vigente, bem como o parecer dos Auditores Independentes. A Fundação Gorceix, é uma entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em 18 de abril de 1960, e tem como objetivo prestar assistência social a estudantes carentes, promover integração de estudantes ao mercado de trabalho, dar suporte à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico. O Conselho Fiscal emitiu o seguinte parecer: "O Conselho Fiscal da Fundação Gorceix, reunido em 10 de abril de 2026, às 10:00 horas na sede da Entidade situada à Rua Carlos Walter Marinho Campos, n.º 57, Bairro Lagoa, Ouro Preto/MG, com a presença dos senhores membros: Roberto de Assis Nogueira (Presidente); Adilson Rodrigues da Costa; André Barros Cota; Fernando Antônio Peixoto de Villanova, contando ainda com a participação do Superintendente da Fundação, Reinaldo Otávio Alves de Brito Pinheiro, da Contadora, Adriana de Fátima Santos Valadares e do Controlador interno, Joselito Cardoso dos Santos, se manifestou favoravelmente em relação as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, tomando como base o parecer dos Auditores Independentes". Assim, sendo aprovado o Balanço Patrimonial e demais Demonstrativos Contábeis, na forma apresentada, opinam por sua remessa ao Conselho Curador, conforme dispõe o inciso III, do artigo 28 do Estatuto da Entidade., (ass) **Roberto de Assis Nogueira (Presidente), Adilson Rodrigues da Costa, André Barros Cota e Fernando Antônio Peixoto de Villanova.**

Balanço Patrimonial em 31/12/2025 e 31/12/2024 (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	nota	2025	2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	174.255	150.520
Contas vinculadas	5	66.468	49.733
Contas a receber de clientes	6	12.334	3.385
Outros		2.865	4.213
Total do ativo circulante		**255.923**	**207.851**
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo		-	24
Imobilizado	7	50.301	36.213
Intangível	7	659	1.847
Total do ativo não circulante		**50.960**	**38.084**
Total do ativo circulante e não circulante		**306.882**	**245.935**
Total do ativo		**306.882**	**245.935**

Passivo	nota	2025	2024
Passivo circulante			
Fornecedores		2.706	1.541
Obrigações fiscais e tributárias		85	96
Obrigações sociais e trabalhistas		1.256	1.488
Obrigações Trabalhistas - Folha de pgto.		931	1.145
Provisões trabalhistas	3.10	2.948	3.200
Obrigações com convênios	5	66.395	51.016
Contratos a apropriar	8	26.454	15.825
Outros passivos circulante		-	4
Adiantamento de Clientes		25	57
Créditos diversos		-	1
Total do passivo circulante		**100.801**	**74.372**
Passivo não circulante			
Exigível a longo prazo	14	-	8
Provisão para contingência trabalhista		-	**8**
Patrimônio Líquido			
Patrimônio Líquido	9	152.754	112.818
Superávit/déficit do exercício		34.527	39.867
Realização Ajuste Avaliação Patrimonial		70	70
Ajuste de avaliação patrimonial		18.730	18.800
Total do patrimônio líquido		**206.082**	**171.554**
Total /Passivo circu. /não circu. e patrim. líquido		**306.882**	**245.935**
Total do passivo		**306.882**	**245.935**

Demonstrações das mutações do patrimônio social. Exercícios findos em 31/12/2025 e 31/12/2024 (Valores expressos em milhares de reais)

	nota	Patrimônio líquido	Superávit/Déficit do exercício	Ajuste de aval. patrimonial	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31/12/2023	9	**77.580**	**35.238**	**18.870**	**131.688**
Superávit/Déficit do exercício		-	39.867	-	**39.867**
Realização do ajuste de aval. patrimonial	3.7	-	70	(70)	-
Transferência do superávit (déficit) do exercício anterior		35.238	(35.238)	-	-
Saldo em 31/12/2024	9	**112.818**	**39.937**	**18.800**	**171.554**
Superávit/Déficit do exercício		-	34.527	-	**34.527**
Realização do ajuste de aval. patrimonial	3.7	-	70	(70)	-
Transferência do superávit (déficit) do exercício anterior		39.937	(39.937)	-	-
Saldo em 31/12/2025	9	**152.754**	**34.597**	**18.730**	**206.082**

Demonstração de fluxo de caixa.
Exercícios findos em 31/12/2025 e 2024 (em milhares de reais)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (Déficit) do exercício	**34.527**	**39.867**
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	5.661	5.543
Superávit (Déficit) do exercício	**40.188**	**45.410**
Redução (aumento) nos ativos:		
Contas a receber de clientes	(8.949)	1.343
Outros ativos	1.372	(2.194)
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	1.165	(241)
Salários e encargos sociais	(446)	1.023
Obrigações fiscais/tributárias	(11)	(9)
Provisões	(252)	1.259
Outras obrigações com convênios	15.379	123
Contratos a apropriar	10.629	(5.325)
Outros passivos	(45)	(20)
Fluxo de caixa líq. decorrentes das ativ. operac.	**59.031**	**41.368**
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisições de imobilizado	(18.386)	(5.627)
Aquisições de intangível	(175)	(141)
Fluxo de caixa decorrentes das ativ. de invest.	**(18.561)**	**(5.768)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento	-	-
Caixa proven. (usado em) de ativ. de financiam.	-	-
Aumento (redução) em caixa e equiv. de caixa	**40.471**	**35.600**
Caixa e equiv. de caixa em 1º de janeiro - Rec. Próp.	150.520	115.321
Caixa e equiv. de caixa em 1º de jan. - contas vinc.	49.733	49.332
	200.253	**164.653**
Caixa e equiv. de caixa em 31/12 - Rec. Próprios	174.255	150.520
Caixa e equiv. de caixa em 31/12 - contas vinc.	66.468	49.733
	240.723	**200.253**
Aumento (redução) em caixa e equiv. de caixa	**40.471**	**35.600**

Demonstração de resultados.
Exercícios findos em 31/12/2025 e 2024 (em milhares de reais)

	nota	2025	2024
Receita bruta de serviços prestados		**96.978**	**105.962**
Pesquisa e consultoria		93.590	101.271
Taxa de administração de convênios		645	1.646
Venda e assinatura de publicação		40	40
Cursos/treinamentos/bolsas		1.318	2.227
Recuperação de créditos/diversos		1.368	774
Doações finalidades específicas		15	3
Doações Campanha - COVID19		-	-
Outras receitas		-	-
(-) Deduções		**(420)**	**(138)**
Vendas canceladas		(420)	(138)
Receita líquida	10	**96.558**	**105.824**
(-) Custos de prestação de serviços		(58.250)	(56.996)
Resultado bruto		**38.308**	**48.828**
(-) Despesas regulares		**(5.963)**	**(4.752)**
Despesas operacionais		(1.509)	(955)
Despesas com pessoal		(3.108)	(2.871)
Despesas com serviços contratados		(1.094)	(730)
Despesas estatutárias		(252)	(196)
(-) Investimento em Pesquisa na EMOP e UFOP		**(3.940)**	**(3.712)**
Programas de atividades assistenciais	11	**(9.904)**	**(8.307)**
Resultado antes das desp. e receitas financeiras		**18.501**	**32.056**
Despesas (financeiras) (+) receitas financeiras		21.856	13.670
Resultado das atividades regulares		**40.358**	**45.727**
(-) Receitas e despesas não regulares			
Receita - Contribuição social de convênios		-	141
Receita de Juros		2	51
Depreciações e amortizações		(5.661)	(5.543)
Provisões		(169)	(747)
Resultado variação cambial		2	-
Prejuízo na baixa do ativo permanente		-	-
Prejuízo sem recebimento de clientes		(4)	-
Venda/indenização do Ativo Permanente		-	237
Result. antes das Font. de Rec. e Desp. de Conv.		**34.527**	**39.867**
(+) Fonte de Recursos - Convênios	5	**19.286**	**26.749**
Fonte de Recursos de Origem Municipal		177	489
Fonte de Recursos de Origem Estadual		10.550	6.131
Fonte de recursos de Origem Federal		8.560	20.129
(-) Despesas - Convênios	5	**(19.286)**	**(26.749)**
Despesas Operacionais		(11.113)	(13.626)
Despesas com Pessoal		(1.558)	(5.452)
Despesas com Serviços Contratados		(2.110)	(3.186)
Despesas com Bolsas		(4.471)	(4.413)
Despesas tributárias/Financeiras		(36)	(73)
Superávit/Deficit do Exercício		**34.527**	**39.867**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras (em milhares de Reais). **1. Contexto operacional** - A Fundação Gorceix, entidade jurídica de direito privado sem finalidade lucrativa, tem sua sede e foro na cidade de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais, criada em 18 de abril de 1960 tem por finalidades: • Promover assistência social, beneficente e educacional aos estudantes da Escola de Minas de Ouro Preto; • Promover o acesso dos alunos da Escola de Minas a estágios profissionalizantes, bem como colaborar com a inserção dos formandos dessa Escola no mercado de trabalho; • Conceder bolsas de estudos destinadas ao aprimoramento cultural e técnico de estudantes e de engenheiros dedicados à geologia, à mineração, à preparação dos minérios, à siderurgia e à metalurgia em geral, e aos demais alunos dos diversos cursos da Escola de Minas; • Promover a complementação a expansão e o aperfeiçoamento da educação cultural e da formação profissional dos alunos dos diversos cursos da Escola de Minas; • Apoiar, técnica e financeiramente, os programas e projetos acadêmicos de ensino, pesquisa e extensão da Escola de Minas; • Colaborar com os poderes públicos, sempre que solicitada, no exame, estudo e na solução de questões técnicas, econômicas e científicas; • Colaborar com estudos e pesquisas que contribuam para o desenvolvimento dos conhecimento científico e tecnológico nos domínios abrangidos pelos diversos cursos da Escola de Minas; • Cooperar para que sejam atendidas as necessidades das indústrias mineral e metalúrgica, quer quanto ao suprimento por pessoal técnico de alta qualidade e mão-de-obra especializada, quer quanto à solução de seus problemas técnicos e econômicos; • Exercer função educativa constante no sentido da utilização racional das riquezas minerais do País, buscando os meios para o desenvolvimento de estudos que atendam às necessidades do setor público no planejamento da política mineral e do setor privado no estabelecimento e desenvolvimento das indústrias minero metalúrgicas; • Realizar pesquisas científicas no campo das ciências geológica, mineral e metalúrgica, voltadas para a solução dos problemas da identificação, da localização, da extração, do beneficiamento, do tratamento e da aplicação dos recursos minerais do País; • Apoiar a permanência da Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto, como centro de excelência, reforçando o aperfeiçoamento da formação profissional e cultural dos seus alunos e implementar ações de impacto econômico, ambiental e social que contribuam para o desenvolvimento e o progresso do País. Para atender às suas finalidades a FUNDAÇÃO GORCEIX poderá: • Promover a assistência social, médica, odontológica e psicossocial aos estudantes da Escola de Minas; • Facilitar o acesso do aluno da Escola de Minas a material bibliográfico de qualidade; • Ofertar à comunidade cursos de aprimoramento voltados ao atendimento de demandas específicas de empresas privadas ou entidades públicas; • Criar ou apoiar centros de documentação bibliográfica e multimídia, para sistematização e divulgação do conhecimento científico e da inovação tecnológica; • Destinar, prioritariamente, as bolsas de estudos, parciais ou integrais, para o aprimoramento técnico, científico, humanístico e cultural, aos alunos da Escola de Minas, podendo ampliar tal ajuda a estudantes de outros cursos da Universidade Federal de Ouro Preto; • Prestar serviço de consultoria técnica e assessoria tecnológica e gerencial para formatação, disponibilização e desenvolvimento de produtos e processos industriais; • Facilitar a divulgação do conhecimento científico em congressos, simpósios, conferências, seminários, debates e contribuir para o financiamento de publicações, revistas, livros técnicos e outros meios de comunicação; • Operar laboratórios especializados e centros de pesquisa para o desenvolvimento e suporte tecnológico de projetos e estudos contratados com empresas privadas ou públicas; • Outorgar prêmios, medalhas e lauréis a alunos, professores, técnicos ou pesquisadores que se destaquem ou façam contribuições científicas relevantes; • Firmar convênios e contratos e articular-se, pela forma conveniente, com órgãos ou entidades, públicos ou privados, e/ou com profissionais e técnicos especializados; • Adotar procedimentos para gerar, desenvolver e transferir conhecimento científico e tecnológico nos setores mineral, metalúrgico e demais áreas do conhecimento disseminado pela Escola de Minas; • Promover a interação entre ex-alunos, alunos, professores e amigos da Escola de Minas, visando à preservação dos valores herdados do seu fundador, Henri Gorceix, ciência, trabalho, ética e solidariedade, consubstanciados no dístico "cum mente et malleo": A Fundação cumpre seus objetivos sociais, aplicando integralmente no país os recursos financeiros por ela gerados contribuindo com a formação profissional e com o desenvolvimento científico e tecnológico na área mineral, sempre tomando como premissa básica a responsabilidade social e ambiental. A Fundação apesar da condição de imune, em relação a tributação do imposto de renda e da contribuição social, bem como, da Contribuição Patronal do INSS, conforme dispõe a Lei nº 9.532/97, excepcionalmente em 2024, optou pelo recolhimento desta última contribuição (Contribuição Patronal do INSS) até o julgamento final de seus processos de renovação de certificação do CEBAS, ainda pendentes no Ministério da Educação (MEC) e de Desenvolvimento (MDS). Entretanto, a Instituição, cumpre rigorosamente o que estabelece o Art. 12, § 2º alínea a, da Lei acima mencionada, bem como, todos os regulamentos pertinentes ao gozo da imunidade, mantendo, sem interrupção, as seguintes condições: I. Não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados, exceto no caso de associações assistenciais ou fundações, sem finalidades lucrativas, cujos dirigentes poderão ser remunerados, desde que atuem efetivamente na gestão executiva, respeitados como limites máximos os valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua área de atuação, devendo seu valor ser fixado pelo órgão deliberativo superior da entidade, registrado em ata, com comunicação ao Ministério Público, no caso das fundações; II. Aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais; III. Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão; IV. Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, assim como, a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e V. Apresentar, anualmente, a declaração de rendimentos. VI. recolher os tributos retidos sobre os rendimentos por elas pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem assim cumprir as obrigações acessórias daí decorrentes; VII. assegurar a destinação de seu patrimônio a outra instituição que atenda às condições para gozo da imunidade, no caso de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de suas atividades, ou a órgão público; VIII. outros requisitos, estabelecidos em lei específica. **Atividades Assistenciais/ Estatutárias desenvolvidos em 2025**: No exercício de 2025, foram desenvolvidos Programas e Projetos estatutários: Programa de Atendimento Aluno Carente da EM, Programa de Atividades Assistencial Auxílios, Programa de Apoio Institucional FG/EM/UFOP, Programas Assistenciais FG/UFOP/PMOP que destacamos os seguintes projetos: (Projeto Lembranças Redescobrindo e Recriando Identidade, Projeto Artes Cênica em Foco – APAE, Projeto Biblioteca Saramenha/Morro São Sebastião/Piedade, Projeto Educação e Artes para Crianças, Projeto Curso Prático de Obras, Projeto Implantação Prótese Bucal, Projeto A Identidade é o que se é, Projeto Curso Pré Vestibular Humanista, Projeto Comunidade Ouropretana e Funcionários FG, Projeto Comunidade de Antônio Pereira, Projeto Viver Cidadão: Alfabetização, Projeto Oficina de Cuidado com Idoso, Projeto Casa de Cultura, Programa de Atendimento Aluno Carente da EM – Departamentos, Programa de Treinamento e Complementação da Formação Profissional – DETAP. **Observação: AS ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ATENDEM AS FINALIDADES ESTATUTÁRIAS.** Todas as condições apresentadas são rigorosamente atendidas pela Fundação, assim como, o cumprimento à Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, bem como as demais exigências vinculadas aos órgãos reguladores. Em 05 de março de 2020 foi registrada a 7ª Alteração Estatutária da Fundação Gorceix devidamente aprovada pelo Ministério Púbico através da Resolução nº 01/2020 – 3ª PJOP, Registro nº 57 – Livro A-15 – Folha 234, protocolo nº 30695 do Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Ouro Preto MG. A Fundação Gorceix, mantém em seu rol de atividades econômicas, através da atualização do seu CNAE as seguintes atividades: • 71.12-0-00 - Serviços de Engenharia; • 71.19-7-99 – Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente; • 71.20-1-00 – Testes e análises técnicas; • 74.90-1-99 – Outras atividades profissionais cientificas e técnicas não especificadas anteriormente; • 82.11-3-00 – Serviços combinados de escritórios e apoio administrativos; • 82.99-7-99 – Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente; • 85.50-3-02 – Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares; • 88.00-6-00 – Serviços de assistência social sem alojamento. Em 2018, a Fundação Gorceix realizou a alteração do seu CNAE principal que passou a ser 88.00-6-00 – Serviços de assistência social sem alojamento, em função de exigência legal e em relação ao enquadramento correto das atividades estatutárias da Instituição. **2. Base de preparação e apresentação 2.1. Declaração de Conformidade** As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram elaboradas de acordo com a NBC TG 1000 (R1), emitida pelo CFC e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em observância às disposições contidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidades de Lucros, aprovada pela resolução nº 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade e a NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis. A Administração da Fundação autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 19/2/2026. **2.2. Base de Elaboração** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma nas respectivas notas explicativas. A Entidade mantém escrituração contábil regular de suas recitas e despesas, bem como de seus ativos e passivos, observando o regime de competência. **2.3. Moeda Funcional e de Apresentação** As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Entidade. Os valores estão apresentados em reais, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Uso de Estimativas e Julgamentos** A elaboração das demonstrações contábeis requer que a Administração utilize estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de ativos e passivos, bem como as divulgações de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis e os valores de receitas e despesas do período. Os resultados efetivos podem diferir dessas entidades. **3. Principais políticas contábeis adotadas** As políticas contábeis descritas a seguir vêm sendo aplicadas de forma consistente nos exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis. **3.1. Ativo Circulante** Os ativos são demonstrados pelos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, quando aplicável, incluindo as atualizações monetárias e os rendimentos auferidos até a data do balanço. São classificados no ativo circulante os valores realizáveis no curso normal das atividades da Entidade, ou com expectativa de realização até o término do exercício social subsequente. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa** Compreendem numerários em caixa, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, com liquidez imediata, vencimento original igual a 90 dias e riscos insignificante de mudança de valor. São mensurados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, quando aplicável. **3.3. Aplicação de Liquidez Imediata** As aplicações financeiras são registradas pelo valor aplicado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, apropriados pelo regime de competência. Quando aplicável, são classificados no ativo circulante em função do prazo de resgate. **3.4. Créditos a Receber** Incluem-se nesta categoria recebíveis que são ativos financeiros com recebimentos fixos e determináveis e são classificados como ativo circulante. Os recebíveis abrangem caixa e equivalente de caixa, contas a receber pelos serviços prestados e outros créditos. **3.5. Contas a receber de clientes** As contas a receber correspondem aos valores devidos à Entidade no curso normal de suas atividades. São classificados no ativo circulante quando a expectativa de recebimento ocorrer até o final do exercício seguinte. A Administração avalia periodicamente a recuperabilidade dos créditos, considerando histórico de inadimplência, análise individual dos saldos relevantes e demais evidências objetivas. Quando identifica incerteza relevante quanto ao recebimento, é constituída provisão para perda, reconhecida no resultado. **3.6. Perda Estimada em Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)** A Perda Estimada em crédito de liquidação duvidosa (PECLD) é constituída com base em análise individual dos créditos vencidos e na expectativa de perda, considerando o histórico de recebimentos da entidade. A provisão é reconhecida como redução do ativo correspondente, em conformidade com a ITG 2002. **Imobilizado I. Reconhecimento e mensuração** O ativo imobilizado é reconhecido quando for provável que benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços associados ao item fluirão para a Entidade e seu custo poder ser mensurado com confiabilidade.Os itens do imobilizado são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável. O custo inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção do ativo. A vida útil econômica dos bens é definida com base na expectativa de utilização pela Entidade, considerando característica físicas, obsolescência e condições de uso. Revisões de vida útil, valor residual e método de depreciação são realizados quando há indicação de alteração relevante nas estimativas. **II. Depreciação** A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas vidas úteis estimadas dos bens, refletindo o padrão de consumo dos benefícios econômicos ou potencial de serviços. As taxas de depreciação são definidas com base em laudos técnicos, quando aplicável, e revisadas periodicamente pela Administração. **3.7. Fornecedores** As obrigações com fornecedores são reconhecidas quando a Entidade recebe bens ou serviços no curso normal de suas atividades. São registrados pelo valor nominal da obrigação e classificados no passivo circulante quando exigíveis até o término do exercício seguinte. Quando aplicável, são acrescidos de encargos incorridos até a data do balanço. Por não possuírem natureza de financiamento, são mensurados pelo valor original da obrigação. **3.8. Reconhecimento da receita I. Prestação de serviços** A receita com a prestação de serviços é reconhecida com base no estágio de conclusão do serviço na data do balanço. O estágio de conclusão é avaliado por referência às avaliações de percentual de trabalhos realizados, chamado algumas vezes como o método de percentagem completa. Quando os serviços são executados por um número indeterminado de atos durante um período especificado de tempo, a entidade reconhece a receita em uma base linear durante o período especificado a não ser que exista evidência de que algum outro método represente melhor o estágio de execução. Quando um ato específico é muito mais relevante do que qualquer outro ato, a entidade adia o reconhecimento da receita até que o ato relevante seja executado. **Receita financeira** A receita financeira é reconhecida pelo regime de competência, com base no método da taxa efetiva de juros. **3.9. Benefícios a empregados I. Benefícios de curto prazo a empregados** As obrigações trabalhistas são reconhecidas pelo regime de competência, conforme os serviços sejam prestados pelos empregados. A provisão para férias e respectivos encargos é constituída com base nos direitos adquiridos até a data do balanço. As obrigações são mensuradas pelos valores esperados de pagamento. **a) Provisão de Férias - Fundação Gorceix**

	2025	2024
Provisões de férias	2.155	2.338
Provisão de FGTS s/férias	172	187
Provisão de PIS s/férias	22	23
INSS S/Provisão de férias p/Empresa	599	651
	2.948	**3.200**

A partir de janeiro de 2024, em decorrência de orientação jurídica especializada e considerando o estágio processual da discussão sobre imunidade tributária, a Fundação passou a recolher integralmente as contribuições previdenciárias patronais incidentes sobre a folha de pagamento, à alíquota de 27,84%. A administração permanece acompanhando o processo judicial/administrativo e avaliará eventuais impactos futuros nas demonstrações contábeis. **4. Caixa e equivalentes de caixa - Recursos próprios**. Em 31 de dezembro, as disponibilidades referentes aos recursos próprios da entidade correspondem à seguinte segregação de contas:

	2025	2024
Caixa	1	2
Bancos conta movimento	12	137
Aplicações financeiras	174.242	150.381
	174.255	**150.520**

Os recursos financeiros da Fundação encontram-se aplicados: poupança, fundos de renda fixa, FI Mega Referenciado DI LP, Santander CDI Premium e foram aplicados de acordo com taxas de rentabilidade nas seguintes instituições financeiras:

Banco do Brasil S.A	**2025**	**2024**
Poupança	8,26%	7,03%
FUNDO RF LP SELIC	14,04%	10,59%
Caixa Econômica Federal	**2025**	**2024**
Fi Mega Referenciado DI LP	14,46%	11,00%
Santander	**2025**	**2024**
Santander DI Premium	14,48%	11,27%

Os recursos da Fundação estão apresentados no Demonstrativo do Fluxo de Caixa, somados aos Recursos vinculados a convênios (nota explicativa nº 5) que apresenta em 1° de janeiro/25 o saldo de (200.253) e 31 de dezembro/25 (240.723).

5. Recursos vinculados a convênios

	2025	2024
Bancos	-	21
Aplicações financeiras	66.468	49.712
	66.468	**49.733**

As contas vinculadas representam os recursos financeiros dos convênios administrados pela Fundação. Os recursos encontram-se aplicados em conta poupança e CDB/FIX, para efeito de gerenciamento, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e são efetuadas em investimento de baixo risco. A Fundação Gorceix em atendimento a Resolução 1.409/2012 - ITG 2002 adequou seus registros contábeis em função da contabilização dos recursos de convênios de acordo com Manual de Procedimentos Contábeis para Fundações e Entidades do Terceiro Setor que determina: • Os recursos públicos, quando recebidos transitam pelas contas patrimoniais (ativo e passivo) e no momento de sua utilização/aplicação no desenvolvimento dos projetos, reconhecem a receita e a despesa, dando-se baixa em contrapartida às contas patrimoniais. Logo os recursos públicos recebidos pelas fundações devem transitar pelas contas de resultados da entidade. Os registros contábeis estão mensurados no Ativo Circulante (Disponibilidades Contas Vinculadas), Passivo Circulante (Obrigações com Convênios), Receitas e Despesas específicas para Convênios (Resultado). Ressaltamos que, as adequações realizadas nas contas de resultado foram denominadas como Fonte de Recursos de Origem Municipal, Estadual e Federal (Receitas) e Despesa de Convênios (Conforme indexação nº 5 na DRE). Tais contas não causam impacto no Patrimônio Social, da entidade, uma vez que a contabilização tem efeito nulo no resultado do período.

	2025	2024
Obrigações com convênios	66.395	51.016
	66.395	**51.016**

6. Contas a receber de cliente

	2025	2024
Contas a receber de clientes líquidas	12.334	3.385
	12.334	**3.385**

Conforme o item 3.6 da nota 3, os valores constantes na Perda Estimada em Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) são constituídos em atendimentos ao item 14 (quatorze) da Resolução CFC Nº 1.409/12 (NBC - ITG 2002). **7. Imobilizado/Diferido/Intangível** Mapa de Movimentação do Imobilizado

Descrição	Taxa de amortização %	Saldo contábil 31/12/24	Adições	Baixas	Saldo contábil 31/12/25
Imobilizado - Bens imóveis					
Terrenos	4%	17.686	132	-	17.819
Benfeitoria	4%	303	-	-	303
Ed. Engº Amaro Lanari	2%	3.121	67	-	3.188
Ed. Henry Gorceix	2,92%	2.098	4	-	2.102

Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/Autenticidade, sob o número 320260427285606552.

Galp. Amost. DETTEM	4%	65	-	-	65
Casa Cond. de Bobadela, 142	2,92%	423	-	-	423
Casa Cond. de Bobadela, 150	2,92%	530	-	-	530
República FG	2,92%	147	-	-	147
Ed. Engº Cássio Elízio	2,50%	443	-	-	443
Ed. Prof. Walter V. Krüger	2,50%	439	-	-	439
Galpão Mineração I	2,50%	340	-	-	340
Galpão Mineração II	2,50%	518	-	-	525
Galpão Mineração III	2,92%	163	-	-	163
Galp. Nac./Lab. Químico	2,19%	438	-	-	438
Ed. Adm. DETTEMM	2,19%	70	-	-	70
Lab. DEPAI	1,56%	280	-	-	280
Portaria DETTEMM /DEPAI	2,19%	44	-	-	44
Sala 323 Ed. Rio Office	4%	204	-	-	204
Sala 324 Ed. Rio Office	4%	203	-	-	203
Sala 325 Ed. Rio Office	4%	203	-	-	203
Casa Jacuba - Galp. Ind.	1,06%	-	-	-	465
Terreno Gleba D - Jacuba	0%	-	-	-	457
Terreno Lot. 36 - Gleb. B	0%	-	600	-	600
Terreno Urb. Área 1 - Jacuba	0%	-	8.035	-	8.035
Terreno Urb. Área 2 - Jacuba	0%	-	6.816	-	6.816
Subtotal bens imóveis		**27.717**	**16.582**	**-**	**44.300**
Imobilizado - bens móveis					
Móveis e utensílios	10%	1.235	39	-	1.274
Equip. de pesquisa	10%	10.880	989	-	11.868
Equip. de computação	20%	24.438	522	-	24.960
Veículos	20%	1.135	-	-	1.135
Instalações	10%	1.381	68	-	1.449
Mont. de equipamento	10%	21	-	-	21
Ferramentas	20%	8	-	-	8
Equipamentos	10%	853	48	-	901
Outras Máquinas/Aparelhos de elevação	10%	122	-	-	122
Apar. e instrumentos	10%	6	-	-	6
Equip. de vídeo monitoramento	20%	60	-	-	60
Equip. central telefônica	20%	18	-	-	18
Subtotal bens móveis		**40.156**	**1.666**	**-**	**41.822**
Bens Móveis - Projetos Assistênciais					
Equip. de comp. Projetos Assistênciais	20%	1	-	-	1
Móv. e utens. Proj. assist.	10%	5	-	-	5
Subtotal bens móveis		**6**	**-**	**-**	**6**
Equipamentos para operação futura					
Equipamentos de Pesq. Operação Futura	10%	**112**	**-**	**-**	**112**
Depreciação Acumulada					
(-) Depr. acum. - Galpões amost. DETTEMM		(28)	-	(3)	(30)
(-) Depr. acumulada - Benfeitoria		(153)	-	(12)	(165)
(-) Depr. acum. - Móveis e utens.		(954)	-	(45)	(999)
(-) Depr. acum. - Equip. de pesq.		(6.865)	-	(700)	(7.565)
(-) Depr. acum. - Equip. de comp.		(18.936)	-	(3059)	(21.995)
(-) Depr. acum. - Veículos		(830)	-	(106)	(936)
(-) Depr. acum. - Instalações		(940)	-	(63)	(1.003)
(-) Depr. acum. - Mont. Equip.		(21)	-	-	(21)
(-) Depr. acum. - Ferramentas		(6)	-	(1)	(6)
(-) Depr. acum. - Equipamentos		(271)	-	(74)	(345)
(-) Depr. acum. - Apar. de elev.		(122)	-	-	(122)
(-) Depr. acum. - Apar. / instrum.		(5)	-	-	(6)
(-) Depr. acum. - Equip. computação (PA)		(1)	-	-	(1)
(-) Depr. acum. - Móveis e utensílios (PA)		(5)	-	-	(5)
(-) Depr. acum. - Equip. vídeo monitoramento		(60)	-	-	(60)
(-) Depr. acum. - Equip. central telefônica		(18)	-	-	(18)
(-) Depr. acum. - Ed. Engº Amaro Lanari		(591)	-	(50)	(641)
(-) Depr. acum. - Ed. Engº Cássio Elísio		(718)	-	(61)	(780)
(-) Depr. acum. - Casa Cond. Bobadela, 142		(133)	-	(12)	(145)
(-) Depr. acum. - Casa Cond. Bobadela, 150		(186)	-	(15)	(201)
(-) Depr. acum. - Repúb. FG		(52)	-	(4)	(56)
(-) Depr. acum. - Ed. Engº Cássio Elísio		(131)	-	(11)	(142)
(-) Depr. acum. - Ed. Walter Von Krüger		(130)	-	(11)	(141)
(-) Depr. acum. - Galpão Mineração I		(101)	-	(9)	(110)
(-) Depr. acum. - Galpão Mineração II		(142)	-	(13)	(155)
(-) Depr. acum. - Galpão Mineração III		(57)	-	(5)	(62)
(-) Depr. acum. - Galpão Nac/ lab. química		(115)	-	(10)	(124)
(-) Depr. acum.- Ed. adm. DETTEMM		(19)	-	(2)	(20)
(-) Depr. acum.- Lab. DEPAI		(49)	-	(4)	(54)
(-) Depr. acum. - Portaria DETTEM/DEPAI		(5)	-	(1)	(6)
(-) Depr. acum. - sala 323 Ed. Rio Office		(45)	-	(8)	(53)
(-) Depr. acum. - sala 324 Ed. Rio Office		(44)	-	(8)	(53)
(-) Depr. acum. - sala 325 Ed. Rio Office		(44)	-	(8)	(53)
(-) Depr. acumulada - Casa Jacuba		-	-	(2)	(2)
Total depreciação acumulada		**(31.779)**	**-**	**(4.297)**	**(36.076)**
Total imobilizado		**36.213**	**18.386**	**-**	**50.301**

O terreno adquirido foi reconhecido pelo custo de aquisição e classificado no ativo imobilizado. As obras em andamento serão registradas como imobilizado em andamento até sua conclusão, quando passarão a ser depreciadas conforme vida útil estimada.

MAPA DE MOVIMENTAÇÃO DO DIFERIDO

Descrição	Taxa de amortização %	Saldo contábil 31/12/24	Adições	Baixas	Saldo contábil 31/12/25
Diferido					
Software	20%	1.033	-	-	1.033
Software - Integração mercado de trabalho	20%	33	-	-	33
Total diferido		**1.066**	**-**	**-**	**1.066**
Amortização acumulada					
(-) Amortização software		(1.033)	-	-	(1.033)
(-) Amort. soft. - integ. mercado de trabalho		(33)	-	-	(33)
Total amortização acumulada		**(1.066)**	**-**	**-**	**(1.066)**
Total diferido		**-**	**-**	**-**	**-**

MAPA DE MOVIMENTAÇÃO DO INTANGÍVEL

Descrição	Taxa de amortização %	Saldo contábil 31/12/24	Adições	Baixas	Saldo contábil 31/12/25
Intagível					
Softwares	20%	8.847	175	-	9.022
Total intagíveis		**8.847**	**175**	**-**	**9.022**
Amortização acumulada					
(-) Amort. acum.softwares		(7.000)	-	1.363	(8.363)
Total amortização acumulada		**(7.000)**	**-**	**-**	**(8.363)**
Total intangível		**1.847**	**175**	**-**	**659**
Total imob./difer./intang.		**38.060**	**18.561**	**-**	**50.960**

8. Contratos a apropriar Os contratos a apropriar referem-se aos recursos dos contratos de prestação de serviços, a serem apropriados conforme custos incorridos durante a vigência dos contratos. No exercício de 2025 foi registrado o montante de 26.454 (2024 – 15.285). **9. Patrimônio Líquido I. Patrimônio líquido** Em 31 de dezembro de 2025 o Patrimônio Social é de 206.082 (2024 – 171.554). O Patrimônio é composto pelo patrimônio inicial, acrescido dos superávits ou déficits acumulados e ajustes de avaliação patrimonial. **10. Receita** O reconhecimento da receita foi devidamente registrado de acordo com o custo incorrido dos contratos ativos e contabilizado nas contas patrimoniais de Clientes (Ativo), Contratos a Faturar (Ativo), Contratos a Apropriar (Passivo) em contrapartida com a conta de resultado Pesquisa e Consultoria (Receita). Conforme Nota Explicativa Nº 3.9.

	Nota	2025	2024
Receita bruta de serviços prestados		**96.978**	**105.962**
Pesquisas e consultoria		93.590	101.271
Taxa de administração de convênios		645	1.646
Venda e assinatura de publicação		40	40
Cursos/Treinamentos/Bolsas		1.318	2.227
Recuperação de créditos/Diversas		1.368	774
Doações Finalidades Específicas		15	3
(-) Deduções		**(420)**	**(138)**
(-) Vendas canceladas		(420)	(138)
Receita líquida	**10**	**96.558**	**105.824**

11. Atividades Assistenciais/Estatutária A Fundação Gorceix para atender as suas finalidades, presta serviços e realiza ação social, de forma gratuita, continua e planejada para os usuários e a quem deles necessitar, sem qualquer discriminação. Nesse contexto, durante o exercício de 2024, foram atendidos vários programas de cunho estatutário com vistas a promover a assistência social, médica, odontológica e psicossocial, prioritariamente, aos estudantes da Escola de Minas (art.3º Estatuto - item I). Ofertamos cursos de aprimoramento à comunidade e destinamos, prioritariamente, auxílios para permanência na escola, proporcionamos o aprimoramento técnico, científico, humanístico e cultural, aos alunos da Escola de Minas, ampliando tal ajuda a estudantes de outros cursos da universidade Federal de Ouro Preto (art. 3º Estatuto – itens III e V). Os Programas totalizaram um de **montante de 9.904 (2025) e 8.307 (2024)**, foram aplicadas em atividades assistenciais/estatutárias conforme demonstrado em nota explicativa nº 11.

Gratuidades. Exercícios findos em 31/12 de 2025 e 2024
(em milhares de reais)

Demonstrativos de gratuidades concedidas	2025	2024
Programa de atendimento a alunos carentes	**5.813**	**5.064**
Auxílio saúde - médico	26	25
Auxílio saúde - psicológico	64	35
Auxílio saúde - odontológico	100	51
Auxílio medicamento	36	28
Auxílio médico psiquiátrico	31	17
Bolsa de estágio	101	111
Bolsa de iniciação científica	190	139
Bolsa de suplementação educacional	1.127	838
Complementação de formação educacional - cursos	324	345
Compl. de formação educacional	95	23
Compl. de formação educacional - Material didát.	-	11
Bolsas especiais	101	116
Outros gastos com atividades assistenciais	1.018	913
Bolsa de mérito acadêmico	242	215
Bolsa estágio - vale transporte	8	12
Bolsa estágio - seguro de vida	1	1
Segurança e Saúde	2	-
Vale Transporte	4	-
Uniformes	11	-
Desenvolvimento institucional/operacional	402	146
Desenvolvimento institucional/pessoal	1.711	1.862
Desenvolvimento institucional/serviços prestados	221	177
Programa de apoio institucional FG/EM/UFOP	**646**	**449**
Apoio ao desenvolvimento institucional	387	256
Desenvolvimento institucional/operacional	45	13
Desenvolvimento institucional/pessoal	190	165
Desenvolvimento institucional/serviços prestados	25	16
Programa assistencial FG/UFOP/PMOP	**1.479**	**1.145**
Bolsa de iniciação científica	300	263
Bolsa de iniciação científica - seguro de vida	-	1
Bolsa de monitoria	153	137
Atendimento alimentação	156	92
Atendimento a saúde	215	125
Vale transporte	11	9
Educação profissionalizante	7	4
Curso Pré-vestibular humanista	1	1
Auxílio higiene	14	6
Atendimento a Coleta Seletiva	3	1
Propaganda	25	-
Atendimento a Saúde - Covid 19	-	8
Seguro de vida	1	-
Material de consumo	-	4
Desenvolvimento institucional/operacional	102	33
Desenvolvimento institucional/pessoal	435	421
Desenvolvimento institucional/serviços prestados	56	40
Programa de atendimento aluno carente/Deptos.	**65**	**99**
Bolsa de estágio	7	3
Bolsa de iniciação científica	31	52
Bolsa de iniciação científica - vale transporte	1	-
Desenvolvimento institucional/operacional	4	3
Desenvolvimento institucional/pessoal	19	36
Desenvolvimento institucional/serviços prestados	2	3
Programa de treinamento e complementação da formação profissional - DETAP	**1.901**	**1.549**
Despesas operacionais	426	179
Despesas com pessoal	388	330
Despesas com serviços contratados	324	372
Desenvolvimento institucional/operacional	131	45
Desenvolvimento institucional/pessoal	559	570
Desenvolvimento institucional/serviços prestados	72	54
Total com programas assistenciais	**9.904**	**8.307**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

12. Isenções – Contribuições Previdenciárias Patronais Até 2023 a Fundação usufruía da imunidade prevista na legislação aplicável às entidades beneficentes. **13. Cobertura de Seguros** A Fundação adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade. A Fundação Gorceix contratou o Seguro de Responsabilidade Civil de Conselheiros e Diretores–D&O, com vigência de 15/12/2025 a 15/12/2026. **14. Contingências** A Fundação é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, a Administração classificou tais demandas, na data base de 31/12/2025, como perda possível, razão pela qual não foi constituída provisão nas demonstrações contábeis. Não foram identificadas ações com probabilidade de perda provável que demandassem reconhecimento de provisão, nos termos da regulamentação contábil aplicável. **15. Contingência Tributária** Em 4 de dezembro de 2023 foi encerrado procedimento fiscal conduzido pela Receita Federal do Brasil (RFB), que resultou na lavratura de Auto de Infração referente a contribuições previdenciárias patronais e contribuições destinadas a outras entidades e fundos, relativas ao período de janeiro de 17 a dezembro de 19. O crédito tributário constituído está assim demonstrado:

Processo	Documento lançado	Valor (em Reais – R$)
13136-721.384/2023-17	Contrib. previdenciária da empresa e do empregador	8.900.697,51
13136-721.384/2023-17	Contribuição para outras entidades e fundos	2.382.190,00
	Total	**11.282.887,51**

Segundo relatório fiscal, a autuação decorre do entendimento da autoridade fiscal de que a Fundação teria utilizado indevidamente o código FPAS 639, aplicável às entidades detentoras da Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), usufruindo, assim, da imunidade das contribuições previdenciárias patronais prevista na legislação aplicável. A Fundação, com base em pareceres de seus assessores jurídicos, apresentou impugnação administrativa em primeira instância, sustentando, em síntese: a) a inexistência de decisão definitiva quanto ao processo de renovação da certificação; b) impossibilidade de restrição à imunidade tributária por meio de requisitos não previsto em lei complementar; c) a aplicação da remissão prevista na Lei Complementar nº 187/2021; d) o atendimento dos requisitos legais para fruição da imunidade; e e) a inadequação dos critérios utilizados para contagem do prazo decadencial. Até 31 de dezembro 2025, não houve julgamento. **16. Certidões Negativas – CNPJ Nº 23.063.118/0001-64** Foram emitidas todas as certidões negativas que comprovam a regularidade fiscal da Fundação, estando as mesmas devidamente arquivadas na entidade. **17. Prestação de Contas – Ministério Público do Estado de Minas Gerais** A Fundação Gorceix informa que a prestação de contas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi devidamente submetida ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais, por meio do Sistema de Cadastro e Prestação de Contas (SICAP), tendo sido examinada e aprovada por aquele órgão. Quanto à prestação de contas do exercício de 2024, até a data de emissão destas demonstrações contábeis, a Fundação não recebeu qualquer comunicado ou manifestação formal do Ministério Público acerca de sua análise. **18. Compliance** A Fundação mantém Programa de Integridade e Código de Ética vigentes.

Cristovam Paes de Oliveira	Adriana de Fátima Santos Valadares	Joselito Cardoso dos Santos
Presidente Executivo	Contadora CRC-MG 086700/O-6	Controlador CRC-MG 094958/0-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇOES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO 2025

Ilmos. Srs. Administradores e Conselheiros da Fundação Gorceix Ouro Preto/MG. **Opinião** Examinamos as demonstrações contábeis da **FUNDAÇÃO GORCEIX**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do superávit ou déficit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FUNDAÇÃO GORCEIX, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfases I. RenovaçãodoCertificadodeEntidadeBeneficentedeAssistênciaSocial(CEBAS)** Conforme Nota Explicativa no 1, a Fundação efetuou o pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) que homologa a isenção de recolhimento de contribuições sociais. A Administração trabalha com a expectativa de renovação do CEBAS e assim sendo, as demonstrações contábeis foram apresentadas sem efeito em caso de não deferimento. **II. Auto de Infração da RFB** Conforme Nota Explicativa no 15, em 04/12/2023 foi encerrado procedimento fiscal da RFB, que deu origem ao Auto de Infração sobre CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DA EMPRESA E DO EMPREGADOR, relativo ao período de 01/2017 a 12/2019, cujo início se deu através da emissão do Termo de Início de Procedimento Fiscal com ciência em 29/12/2020. A Fundação apresentou defesa na 1a Instância Administrativa junto à Receita Federal apontando as seguintes questões: a) inexistência de encerramento do processo administrativo de renovação de certificação; b) impossibilidade de condicionar a imunidade a requisitos não previstos em lei complementar; c) remissão fiscal prevista na Lei Complementar no 187/2021; d) atendimento de todos os requisitos para usufruir da imunidade; e) caráter confiscatório das multas e fundamentação incorreta para aplicar o prazo decadencial do art. 173 do CTN. A Fundação, mesmo na condição de imune em relação a tributação do imposto de renda e da contribuição social, bem como, da Contribuição Patronal do INSS, conforme dispõe a Lei no 9.532/97, optou pelo recolhimento desta última contribuição (Contribuição Patronal do INSS) até o julgamento final de seus processos de renovação de certificação do CEBAS, ainda pendentes nos Ministérios da Educação (MEC) e do Desenvolvimento Social (MDS). Nossa opinião não está sendo modificada em função destes assuntos. **Outros Assuntos Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior** As demonstrações contábeis da Fundação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por nós, que emitimos relatório em 15 de março de 2025, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante o exercício sob auditoria. Belo Horizonte, 26 de fevereiro de 2026 CASTRO, SERRA, NIRDO AUDITORES INDEPENDENTES CRC/MG 0190
(a) **Juan Rodrigues de Araújo Gomes** - Contador - CRCMG 123.887
(b) **Ricardo do Amaral Fonseca** - Contador - CRCMG 71.041

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA FG

O Conselho Fiscal da Fundação Gorceix, reunido em 10 de abril de 2026, às 10:00 horas na sede da Entidade situada à Rua Carlos Walter Marinho Campos, n.º 57, Bairro Lagoa, Ouro Preto/MG, com a presença dos senhores membros: Roberto de Assis Nogueira (Presidente); Adilson Rodrigues da Costa; André Barros Cota; Fernando Antônio Peixoto de Villanova, contando ainda com a participação do Superintendente da Fundação, Reinaldo Otávio Alves de Brito Pinheiro, da Contadora, Adriana de Fátima Santos Valadares e do Controlador interno, Joselito Cardoso dos Santos, se manifestou favoravelmente em relação as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, tomando como base o parecer dos Auditores Independentes. Assim, sendo aprovado o Balanço Patrimonial e demais Demonstrativos Contábeis, na forma apresentada, opinam por sua remessa ao Conselho Curador, conforme dispõe o inciso III, do artigo 28 do Estatuto da Entidade. Ouro Preto, 10 de abril de 2026. **Roberto de Assis Nogueira (Presidente). Adilson Rodrigues da Costa. André Barros Cota. Fernando Antônio Peixoto de Villanova.**

Fundação GORCEIX
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
www.gorceix.org.br

236 cm -24 2204354 - 1

VIAÇÃO SÃO CRISTÓVÃO LTDA.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO para assembleia DE SÓCIOS. A administração da empresa Viação São Cristóvão Ltda., CNPJ nº 20.146.015/0001-70, NIRE nº 312.0069466-4, convoca os sócios para assembleia a realizar-se no dia 07/05/2026, às 9:00 horas, na Avenida Autorama nº 1.000 – bairro Santa Luzia, cidade de Divinópolis-MG, com a seguinte ordem do dia: a) ingresso de sócio por sucessão; b) transferência de quotas; c) retirada de sócio por sucessão; d) baixa de filial; e) adequações e consolidação do Contrato Social. Divinópolis – MG, 24 de abril de 2026. Márcio Daldegan e Nilmar Daldegan - sócios administradores.

4 cm -24 2204446 - 1

VIAÇÃO SÃO CRISTÓVÃO LTDA.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO para assembleia DE SÓCIOS. A administração da empresa Viação São Cristóvão Ltda., CNPJ nº 20.146.015/0001-70, NIRE nº 312.0069466-4, convoca os sócios para assembleia a realizar-se no dia 07/05/2026, às 9:00 horas, na Avenida Autorama nº 1.000 – bairro Santa Luzia, cidade de Divinópolis-MG, com a seguinte ordem do dia: a) ingresso de sócio por sucessão; b) transferência de quotas; c) retirada de sócio por sucessão; d) baixa de filial; e) adequações e consolidação do Contrato Social. Divinópolis – MG, 24 de abril de 2026. Márcio Daldegan e Nilmar Daldegan - sócios administradores.

4 cm -24 2204053 - 1

BELO LITHIUM MINERAÇÃO LTDA

Termo de Compromisso de Compensação Florestal por Intervenção em Mata Atlântica (SEI Nº 2090.01.0013033/2023-93), que entre si celebram a FUNDAÇÃO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE-FEAM e a compromissária Belo Lithium Mineração LTDA., CNPJ nº 43.878.350/0002-49, neste ato representada pelos procuradores LEANDRO OLIVEIRA GOBBO, CPF nº ***.086.171-**. Medida compensatória prevista nos art. 17 e art. 32 da Lei Federal nº 11.428/2006 c/c com o art. 26 e 27 do Decreto Federal nº 6.660/2008, conforme apurado nos autos do processo de licenciamento ambiental, AIA N°. 2090.01.0013033/2023-93, nos termos do Parecer Único – Parecer Único N° 47/2024, bem como a proposta de Compensação aprovada pela Câmara Técnica de Atividades Minerárias - CMI do Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM, em sua 121ª Reunião Ordinária realizada em 28 de fevereiro de 2025. PROCESSO AIA N° 2090.01.0013033/2023-93. Assinatura: 10 de junho de 2025. Fernando Baliani da Silva– Superintendente SUPPRI.Leandro Oliveira Gobbo – Compromissário

4 cm -24 2203921 - 1

COMERCIAL DE VEÍCULOS DELTA LTDA.

CNPJ Nº 71.102.370/0001-88 - NIRE 3120414711-1
ASSEMBLEIA GERAL - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Com fundamento no art. 1.072 da Lei nº 10.406/2002 ("Código Civil"), ficam os sócios da Comercial de Veículos Delta Ltda. ("Sociedade") convocados para a Assembleia Geral a ser realizada exclusivamente de forma digital através da plataforma de videoconferência Zoom acessível através do seguinte link: https://us06web.zoom.us/j/88969183994?pwd=FT6uJq2hOKYqCbI1ab5sAnQUcijXjl.1, ou pelo Id da Reunião 889 6918 3994 e senha 336353, no dia 04 de maio de 2026, às 10:00 horas, em conformidade com o art. 1.080-A do Código Civil, para exame, discussão e deliberação: (i) das contas justificadas da administração, bem como das demonstrações financeiras da Comercial de Veículos Delta Ltda. referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e (ii) destinação dos resultados econômicos. Juiz de Fora/MG, 23 de abril de 2026. Bruno Silveira Kroeber Volpini - Administrador; Maria Aparecida Martins Oliveira - Administradora.

4 cm -23 2203508 - 1

Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/Autenticidade, sob o número 320260427285606553.